CNCGMPEU

Conselho Nacional dos Corregedores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União

ATA DA 148ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DOS CORREGEDORES-GERAIS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DOS ESTADOS E DA UNIÃO (CNCGMPEU)

Data: 03 e 04 de dezembro de 2025.

Local: Sede do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (MPMS), Campo Grande/MS.

Presidência: Dr. Fábio Strecker Schmitt (Corregedor-Geral do MPSC).

Lista de Presença

Corregedores-Gerais e Representantes:

Nome	Função
Dr. Fábio Strecker Schmitt	Presidente / Corregedor-Geral do Ministério Público do Estado de Santa Catarina
Dr. Nelson Faraco de Freitas	1º Vice-Presidente / Corregedor-Geral do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Dr. Marco Antônio Lopes de Almeida	2º Vice-Presidente / Corregedor-Geral do Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Dra. Estela Maria Pinheiro Do Nascimento Sá	1ª Secretária / Corregedora-Geral do Ministério Público do Estado do Amapá
Dr. Moacir Camargo de Oliveira	2º Secretário / Corregedor-Geral do Ministério Público do Estado do Tocantins
Dr. Gustavo Modenesi Martins da Cunha	Diretor Financeiro / Corregedor-Geral do Ministério Público do Estado do Espírito Santo
Dr. Ricardo Ribeiro Martins	Diretor de Comunicação Social / Corregedor-Geral do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Dr. Álvaro Luiz Araújo Pereira	Corregedor-Geral do Ministério Público do Estado do Acre
Dr. Eduardo Tavares Mendes	Corregedor-Geral do Ministério Público do Estado de Alagoas
Dra. Silvana Nobre de Lima Cabral	Corregedora-Geral do Ministério Público do Estado do Amazonas

Dr. Paulo Marcelo de Santana Costa	Corregedor-Geral do Ministério Público do Estado da Bahia
Dra. Maria Neves Feitosa Campos	Corregedora-Geral do Ministério Público do Estado do Ceará
Dra. Maria de Fátima Rodrigues Travassos Cordeiro	Corregedora-Geral do Ministério Público do Estado do Maranhão
Dr. João Augusto Veras Gadelha	Corregedor-Geral do Ministério Público do Estado do Mato Grosso
Dr. Helton Fonseca Bernardes	Corregedor-Geral do Ministério Público do Estado do Mato Grosso do Sul
Dr. André Antônio Camargo Lorenzoni	Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul
Dr. Mauro Flávio Ferreira Brandão	Corregedor-Geral Adjunto do Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Dr. Francisco Antônio de Sarmento Vieira	Corregedor-Geral do Ministério Público do Estado da Paraíba
Dra. Jacqueline Batisti	Subcorregedora-Geral do Ministério Público do Estado do Paraná
Dra. Maria Ivana Botelho Vieira da Silva	Corregedora-Geral do Ministério Público do Estado de Pernambuco
Dra. Eny Marcos Vieira Pontes	Corregedora-Geral Substituta do Ministério Público do Estado do Piauí
Dr. Édsel de Oliveira Costa Belleza do Nascimento	Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público do Estado do Piauí
Dr. Héverton Alves de Aguiar	Corregedor-Geral do Ministério Público do Estado de Rondônia
Dra. Elba Christine Amarante de Moraes	Corregedora-Geral do Ministério Público do Estado de Roraima
Dr. Fábio Roque Sbardellotto	Corregedor-Geral do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul

Dra. Liliana Mercadante Mortari	Corregedora-Geral do Ministério Público do Estado de São Paulo
Dr. Elton Ghersel	Corregedor-Geral do Ministério Público Federal
Dr. Fábio Leal Cardoso	Corregedor-Geral do Ministério Público do Trabalho
Dr. Giovanni Rattacaso	Corregedor-Geral do Ministério Público Militar

Assessores:

Nome	Função
Dr. Amir Magalhães Campos	Promotor Corregedor do Ministério Público do Espírito Santo
Dr. Adivaldo Batista de Souza Júnior	Promotor de Justiça Assessor do Ministério Público de Alagoas
Dr. André Luiz Rocha de Almeida	Promotor de Justiça Corregedor do Ministério Público de Rondônia
Dr. Aristóteles de Santana Ferreira	Subcorregedor-Geral do Ministério Público do Estado da Paraíba
Dra. Candy Hiroki Cruz Marques Moreira	Promotora de Justiça Assessora Especial do Corregedor-Geral do MPMS
Dra. Cláudia Alessandra Tiburtino Neves	Assessora do Ministério Público Militar
Dra. Denise Cristina da Silva	Promotora de Justiça Assessora do Ministério Público do Estado de São Paulo
Dr. Eduardo Kelson Fernandes de Pinho	Promotor de Justiça do Ministério Público do Amapá
Dra. Eny Louise Souza de Almeida Albertini	Promotora de Justiça Assessora Especial do Corregedor-Geral do MPMS
Dr. Fábio Barros de Matos	Promotor de Justiça / Chefe de Gabinete da Corregedoria do MPDFT
Dr. Fernando Januzzi	Promotor de Justiça Assessor Especial do MPMS
Dr. Jonilson Silva Bogéa	Promotor de Justiça Assessor do Ministério Público do Maranhão

Dr. Leônidas Filippone Farrulla Junior	Subcorregedor-Geral do Ministério Público do Rio de Janeiro
Dra. Luciana Moreira Schenk	Promotora de Justiça Assessora Especial do MPMS
Dra. Lucíola Honório de Valois Coelho Veiga Lima	Promotora de Justiça e Corregedora-Auxiliar do Ministério Público do Amazonas
Dra. Marcelle Cristine de Figueiredo Arruda	2ª Corregedora-Auxiliar do Ministério Público do Amazonas
Dr. Maurício Coentro Pais de Melo	Procurador Regional do Trabalho e Chefe de Gabinete da Corregedoria Nacional
Dra. Neliza Kreuch	Servidora Assessora do Ministério Público do Estado de Santa Catarina
Dr. Oscar de Almeida Bessa Filho	Promotor de Justiça Assessor Especial do MPMS
Dr. Plínio Alessi Júnior	Promotor de Justiça Assessor Especial do MPMS
Dra. Regilaine Magali Bernardi Crepaldi	Promotora de Justiça Auxiliar do Ministério Público do Mato Grosso
Dr. Thomas Henrique de Paola Colletto	Promotor de Justiça Corregedor do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul
Dra. Vera Cardoso Frost Sieras	Procuradora de Justiça / Assessora do MPMS
Dr. Washington Nilton Medeiros Moreira	Secretário-Geral da Corregedoria do Ministério Público do Acre

Convidados:

Dr. Ângelo Fabiano Farias da Costa - Corregedor Nacional do Ministério Público

Dr. Alexandre Magno Benites de Lacerda - Promotor de Justiça do Ministério Público de Mato Grosso do Sul

Dr. Romão Avila Milhan Junior (Procurador-Geral de Justiça do MPMS)

Dr. Fabrício Secafen Mingati (Presidente da Associação Sul-Mato-Grossense de Membros do Ministério Público - ASMMP)

Aos três e quatro dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e cinco, reuniram-se os Corregedores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União para a realização da 148ª Reunião Ordinária do CNCGMPEU.

1. ABERTURA SOLENE (Dia 03/12)

A abertura dos trabalhos ocorreu em solenidade, com a presença de autoridades locais e nacionais.

1.1. Manifestações Iniciais e Contexto Institucional

O Presidente **Dr. Fábio Strecker Schmitt** iniciou os trabalhos agradecendo a excelência da organização e a recepção calorosa da Associação Sul-Mato-Grossense (ASMMP).

Saudou especialmente o Corregedor Nacional, Dr. Ângelo Fabiano, e o Conselheiro Paulo Passos, destacando a parceria fundamental de ambos com o colegiado para o fortalecimento das Corregedorias em âmbito nacional.

A mesa foi composta pelo Presidente do CNCGMPEU, Dr. Fábio Strecker Schmitt, pelos anfitriões Dr. Helton Fonseca Bernardes (Corregedor-Geral do MPMS) e Dr. Romão Ávila Milhan Júnior (Procurador-Geral de Justiça do MPMS), pelo Presidente da Associação Sul-Mato-Grossense (ASMMP), Dr. Fabrício Mingati, e pelas autoridades nacionais: o Corregedor Nacional do Ministério Público, Dr. Ângelo Fabiano Farias da Costa, e o futuro Conselheiro do CNMP, Dr. Alexandre Magno Benites de Lacerda.

O Presidente Fábio Schmitt iniciou agradecendo a presença do Dr. Ângelo Fabiano, destacando ser esta sua última reunião junto ao colegiado na titularidade da Corregedoria Nacional, e enalteceu o esforço dos colegas que se deslocaram até Campo Grande.

O **Dr. Helton Fonseca Bernardes** deu as boas-vindas, ressaltando a estabilidade institucional do MPMS, construída ao longo de décadas de administrações coesas, destacando.

Destacou que o MPMS vive um cenário de construção sólida há cerca de 30 anos, mantendo uma unidade interna independente de quem ocupa a Procuradoria-Geral, o que permite o aprimoramento constante da instituição.

Citou os últimos concursos (2014, 2017 e recentes), observando que os novos membros chegam muito jovens (média de 26 a 27 anos) e de fora do estado, o que exige um trabalho cuidadoso da Corregedoria para orientá-los e integrá-los à realidade local.

Enfatizou que a "presença na comarca" não é apenas residir nela, mas participar efetivamente da vida social e conhecer os problemas da comunidade, criticando o isolamento ou o trabalho meramente remoto ("promotor de gabinete").

Mencionou a integração necessária entre o Ministério Público e as forças de segurança (Polícias Civil e Militar), afirmando que todos estão "no mesmo barco" na defesa da sociedade.

Agradeceu o apoio incondicional da PGJ e da Associação (ASMMP) para a realização do evento. Ressaltou que, embora existam divergências internas, externamente o Ministério Público deve apresentar-se como um bloco monolítico para resistir aos constantes ataques.

Dr. Alexandre Magno Benites de Lacerda (Futuro Conselheiro CNMP): Realizou uma intervenção contundente sobre o perfil do membro do Ministério Público. Relembrou sua gestão como PGJ durante a pandemia (iniciada em maio de 2020), quando o MPMS

foi pioneiro ao criar um plano de biossegurança com as universidades para garantir o retorno presencial imediato, combatendo a cultura do "home office" irrestrito.

Defendeu que a Corregedoria deve atuar como um "termômetro de responsabilidade".

Afirmou que a independência funcional não pode ser escudo para a ineficiência e relembrou a atuação solitária do Ministério Público no STF na defesa da Lei de Improbidade Administrativa, criticando a ausência de outras carreiras jurídicas estatais na defesa da sociedade. Comprometeu-se a ser um representante do CNCG no Conselho Nacional.

Alertou que a **independência funcional** não pode ser escudo para a ineficiência ou para a ausência física dos promotores nas comarcas.

Criticou a postura do membro que se isola em "home office" e perde o contato humano com a vítima e a comunidade.

Enfatizou que o MP precisa deixar de ser reativo para ser **proativo**, entregando "valor público" real à sociedade.

Advertiu sobre o risco de o MP se tornar irrelevante se não assumir seu papel resolutivo e presente, especialmente diante de um cenário político e legislativo muitas vezes adverso.

Foi contundente ao criticar membros que, aproveitando-se do teletrabalho ou da autonomia, se distanciam da realidade social e das vítimas.

Citou casos de promotores com atribuição na infância que sequer conheciam os conselheiros tutelares de suas comarcas.

Fez uma análise do cenário nacional, mencionando a dificuldade de aprovar pautas no Congresso (como a PEC 5) e a necessidade de o Ministério Público entregar "valor público" para manter sua legitimidade e seus poderes investigatórios frente a ataques legislativos.

Ressaltou que a manutenção do poder investigatório do MP foi uma construção estratégica e política, e que o MP não deve abrir mão de ocupar espaços na segurança pública.

O **Dr. Ângelo Fabiano Farias da Costa (Corregedor Nacional)** prestigiou o evento, reforçando o alinhamento entre a Corregedoria Nacional e as unidades estaduais. Sua presença simbolizou o apoio às iniciativas de modernização e unificação da atuação disciplinar e orientadora do Ministério Público brasileiro.

O Corregedor Nacional expressou a satisfação em participar das discussões do colegiado e a importância da amizade construída. Reforçando os pontos levantados pelo Dr. Alexandre Magno, destacou a necessidade premente de se cobrar a presença física dos membros nas comarcas.

No entanto, fez uma ressalva importante sobre a prudência na atuação correicional: alertou que é preciso "ter moderação" na forma de cobrar, para não "errar na mão".

Enfatizou que a cobrança não pode ser excessiva ou invasiva a ponto de deslegitimar o trabalho da própria Corregedoria ou gerar crises institucionais com as Procuradorias-Gerais, o que poderia atrair intervenções externas indesejadas. Finalizou informando que precisaria ausentar-se no dia seguinte devido a compromissos familiares, mas reafirmou seu compromisso com o fortalecimento das corregedorias.

Dra. Estela Maria Pinheiro do Nascimento Sá (1ª Secretária / MPAP), logo após, fez uso da palavra. Iniciou agradecendo a acolhida na "Cidade Morena" e dirigiu-se aos Drs. Ângelo Fabiano e Alexandre Magno, elogiando a sinalidade de compromisso e

responsabilidade demonstrada em suas falas, a qual reverbera positivamente entre os corregedores.

Destacou que a missão da Corregedoria é árdua e muitas vezes incompreendida, pois exige tomar decisões que desagradam a muitos. Manifestou preocupação com o perfil de alguns novos colegas que, ao ingressarem na carreira, não pensam na responsabilidade institucional, mas focam excessivamente na "monetização" e nos "bônus", esquecendo-se do "ônus" e do dever de servir.

Mencionou o trabalho realizado nas correições no Amapá, focado na humanização e no acolhimento, citando a implementação de programas de valorização da vítima em parceria com o Ministério da Justiça (referência ao projeto de atenção à vítima - CAVIMP).

Por fim, agradeceu ao Dr. Ângelo Fabiano pelos dois anos de gestão à frente da Corregedoria Nacional, pela amizade e pelo apoio fundamental dado nas situações enfrentadas pelo Ministério Público do Amapá.

Ao final das exposições, o Presidente Fábio Schmitt agradeceu as falas, destacando que as divergências de pensamento (em referência a debates sobre modelos de atuação) são naturais, mas que o objetivo de um MP forte é comum a todos.

A sessão foi encerrada com o convite do Dr. Fabrício (Presidente da Associação) para um jantar de confraternização oferecido pela ASMMP, reforçando o caráter de integração entre os corregedores visitantes e os membros locais

2. TRABALHOS TÉCNICOS (Dia 04/12)

O período matutino foi dedicado ao aprofundamento doutrinário e tecnológico.

2.1. Tese: A Natureza Jurídica das Normas do CNMP (Dr. Helton Fonseca Bernardes)

O Corregedor-Geral do MPMS apresentou uma tese detalhada sobre a eficácia das resoluções e recomendações do Conselho Nacional, propondo uma nova hermenêutica para a atuação correcional.

Dualidade do CNMP: O palestrante estabeleceu que o Conselho possui duas vertentes: **Controle/Fiscalização** (o "fiscal dos fiscais") e **Fomento/Integração** (desenvolvimento institucional),.

A Tese da "Norma de Padrão Mínimo": Dr. Helton sustentou que as resoluções do CNMP, especialmente aquelas voltadas ao fomento, devem ser interpretadas como normas de **padrão mínimo (piso)**.

Isso significa que elas estabelecem um nível básico de atuação ou estrutura que é obrigatório (**cogente**), mas que não impede — ao contrário, estimula — que os Ministérios Públicos estaduais, em sua autonomia, ampliem essa proteção. O que é vedado é o retrocesso ou a atuação aquém desse mínimo,.

Norma Primária vs. Secundária (ADI 4263): Foi debatida a decisão do STF na ADI 4263. Embora a doutrina clássica classifique resoluções como normas secundárias (infralegais), Dr. Helton argumentou que, dada a competência constitucional do CNMP para regulamentar a autonomia administrativa e funcional, suas resoluções possuem, na prática, **eficácia de norma primária** em matérias de gestão e disciplina, podendo vincular as administrações estaduais,.

O Conceito de "Cogência Parcial": Propôs que as resoluções de fomento sejam vistas como normas de "cogência parcial": obrigam quanto ao piso, mas são dispositivas quanto à ampliação dos direitos ou estruturas,.

2.2. O Debate Prático: O Caso da Licença-Maternidade em SC

Enriquecendo a palestra, o Presidente **Dr. Fábio Schmitt** interveio com um caso concreto vivenciado no MPSC, ilustrando o conflito entre norma estadual e norma do CNMP.

A Lei Orgânica do MPSC impedia a contagem de tempo de licença-maternidade como efetivo exercício para fins de vitaliciamento (estágio probatório).

Contudo, uma resolução do CNMP (baseada na proteção à infância e na igualdade de gênero) determinava o contrário.

Dr. Fábio defendeu a aplicação direta da resolução do CNMP, afastando a lei estadual restritiva, sob o argumento de que a norma do Conselho concretizava direitos fundamentais e o princípio da proteção integral.

Embora vencido administrativamente no Conselho Superior local à época, o caso serviu para demonstrar a força das resoluções do CNMP quando amparadas em direitos fundamentais, superando a visão burocrática de hierarquia de normas.

2.3. Sistema TAGRAM

A equipe técnica apresentou o sistema "Tagram", uma solução de *Business Intelligence* para a Corregedoria.

A ferramenta permite a visualização de dados em tempo real, transformando estatísticas frias em gráficos de produtividade e tendências, facilitando a identificação de gargalos e a tomada de decisão estratégica baseada em evidências, e não em "achismos", permitindo identificar padrões de produtividade que antes exigiam esforço manual, transformando dados brutos em "visão e evolução" para a gestão correicional.

3. ASSEMBLEIA GERAL E ELEIÇÃO (Dia 04/12)

O período vespertino foi marcado pela eleição da nova diretoria e pelo balanço da gestão que se encerra.

3.1. Eleição e Composição da Nova Diretoria (Gestão 2026)

Sob a condução do Dr. Fábio Schmitt, foi apresentada chapa única, eleita por **aclamação**, com a seguinte composição paritária e regionalmente diversa:

Presidente: Dr. Fábio Roque Sbardellotto (MPRS).
1º Vice-Presidente: Dr. Giovanni Rattacaso (MPM).
2º Vice-Presidente: Dr. Eduardo Tavares Mendes (MPAL).
1ª Secretária: Dra. Estela Maria Pinheiro do Nascimento Sá (MPAP).
2ª Secretária: Dra. Liliana Mercadante Mortari (MPSP).
Diretor Financeiro: Dr. Helton Fonseca Bernardes (MPMS).
Diretora de Comunicação Social: Dra. Maria Ivana Botelho Vieira da Silva (MPPE).

3.2. Manifestações dos Eleitos

Dr. Fábio Sbardellotto (Presidente Eleito): Agradeceu a confiança, destacando o desafio de suceder a gestão atual. Enfatizou a necessidade de união e fraternidade, e o papel das Corregedorias como o "coração pulsante" da instituição, responsáveis por garantir a execução das atribuições do MP frente às transformações tecnológicas e sociais.

Dr. Giovanni Rattacaso (1º Vice-Presidente): Ressaltou a honra de representar o Ministério Público da União (MPU) na diretoria, destacando a importância da integração entre os ramos. Celebrou a paridade de gênero na chapa (3 homens e 3 mulheres) e a representatividade do Ministério Público da União (MPU) na diretoria, prometendo honrar os quatro ramos do MPU.

Dr. Eduardo Tavares Mendes (2º Vice-Presidente): Citou Santo Agostinho ("A esperança tem duas filhas: a indignação e a coragem"), afirmando que o CNCG é o colegiado que mais reflete sobre a atividade-fim da instituição.

Dra. Estela Sá (1ª Secretária): Agradeceu ao Presidente Fábio Schmitt pela confiança e pelo convite para continuar na diretoria. Destacou que as Corregedorias são a "espinha dorsal" do Ministério Público exigindo coragem para agir, mesmo quando mal interpretados e, citando Cora Coralina, deixou uma mensagem de fim de ano sobre gratidão e renovação, desejando um Feliz Natal a todos.

Dra. Liliana Mercadante (2ª Secretária): Agradeceu a generosidade do convite e a oportunidade de troca de experiências no colegiado.

Dra. Maria Ivana (Diretora de Comunicação): Agradeceu a confiança e anunciou que o Presidente Fábio Schmitt será agraciado com a Medalha Roberto Lyra pelo MPPE.

Dr. Helton Fonseca (Diretor Financeiro): Agradeceu os elogios à organização do evento e colocou sua equipe à disposição da nova presidência

Balanço de Gestão (Dr. Fábio Schmitt) O Presidente apresentou um relatório detalhado das atividades de 2025:

Itinerância e Integração: Rememorou as reuniões em Florianópolis, Brasília (focada em saúde mental), Rio de Janeiro (focada em resolutividade) e a histórica reunião conjunta Acre/Rondônia, que simbolizou a integração regional.

Conquistas Políticas: Destacou o fortalecimento político do CNCG junto ao CNMP e aos Tribunais Superiores, com a presença inédita de ministros e conselheiros nos eventos do grupo. Citou a inserção efetiva das Corregedorias na formulação da Política Nacional de Atenção à Saúde Mental,.

Legado: Agradeceu nominalmente sua equipe de apoio (Melissa, Neliza) e diretoria, afirmando que deixa a presidência com o sentimento de dever cumprido e de ter ampliado a voz das Corregedorias no cenário nacional.

3.3. Homenagens e Despedidas

O momento foi marcado pela emoção na despedida dos Corregedores Marco Antônio Lopes de Almeida (MPMG) e Álvaro Luiz Araújo Pereira (MPAC), que encerram seus mandatos em dezembro.

Dr. Álvaro Pereira: Destacou que o colegiado foi um "refrigério" diante das espinhosas missões da correição. Agradeceu a acolhida e a amizade construída.

Dr. Marco Antônio: Relembrou sua chegada ao colegiado e a inspiração que teve no colega Álvaro sobre a temática da saúde mental, que implementou em Minas Gerais. Ressaltou a importância do CNCG ter voz ativa perante a Administração Superior.

4. ENCERRAMENTO

Ficou deliberado que a posse da nova diretoria ocorrerá em **04 de fevereiro de 2026**, em Porto Alegre/RS, com reunião de trabalho no dia seguinte (05/02).

Por fim, todos foram convidados pelo anfitrião para a visita técnica ao Bioparque Pantanal (Aquário).

Nada mais havendo a tratar, o Presidente declarou encerrada a 148ª Reunião Ordinária, convidando a todos para a confraternização oficial.

Campo Grande/MS, 04 de dezembro de 2025.

Fábio Strecker Schmitt Presidente / Corregedor-Geral do MPSC

Estela Maria Pinheiro Do Nascimento Sá 1ª Secretária Eleita / Corregedora-Geral do MPAP